A democracia hackeada e o colonialismo digital



» GILBERTO LIMA JUNIOR
Presidente do Instituto Illuminante de Inovação Tecnológica e Impacto Social, sócio de empresas de base tecnológica e presidente do Conselho Curador da Fundação Assis Chateaubriand

No passado, os colonizadores aportavam em territórios distantes, estabeleciam inicialmente uma aproximação amistosa com os locais, investigavam a existência de metais preciosos, identificavam rivalidades locais, estimulavam conflitos entre adversários, utilizavam a religião como justificativa para suas atrocidades e pilhavam riquezas até o esgotamento. Será que tais práticas absolutistas se diferem da realidade atual no que se refere ao método e à forma dos atuais colonizadores digitais?

Os monarcas de outrora despendiam fortunas em suas aventuras além-mar em busca de compensações vultosas. Em tempos de redes sociais, as caravelas são digitais, os absolutistas são apelidados de "tech brows" (donos das big techs), o solo a ser conquistado é o solo mental de toda a humanidade, os tesouros saqueados são nossos dados e nossa cognição, a subordinação se dá pelo vício dopamínico das telas e a estratégia de dividir para conquistar segue atualizada por meio da polarização disseminadora de ódio e separatividade, especialmente no campo político.

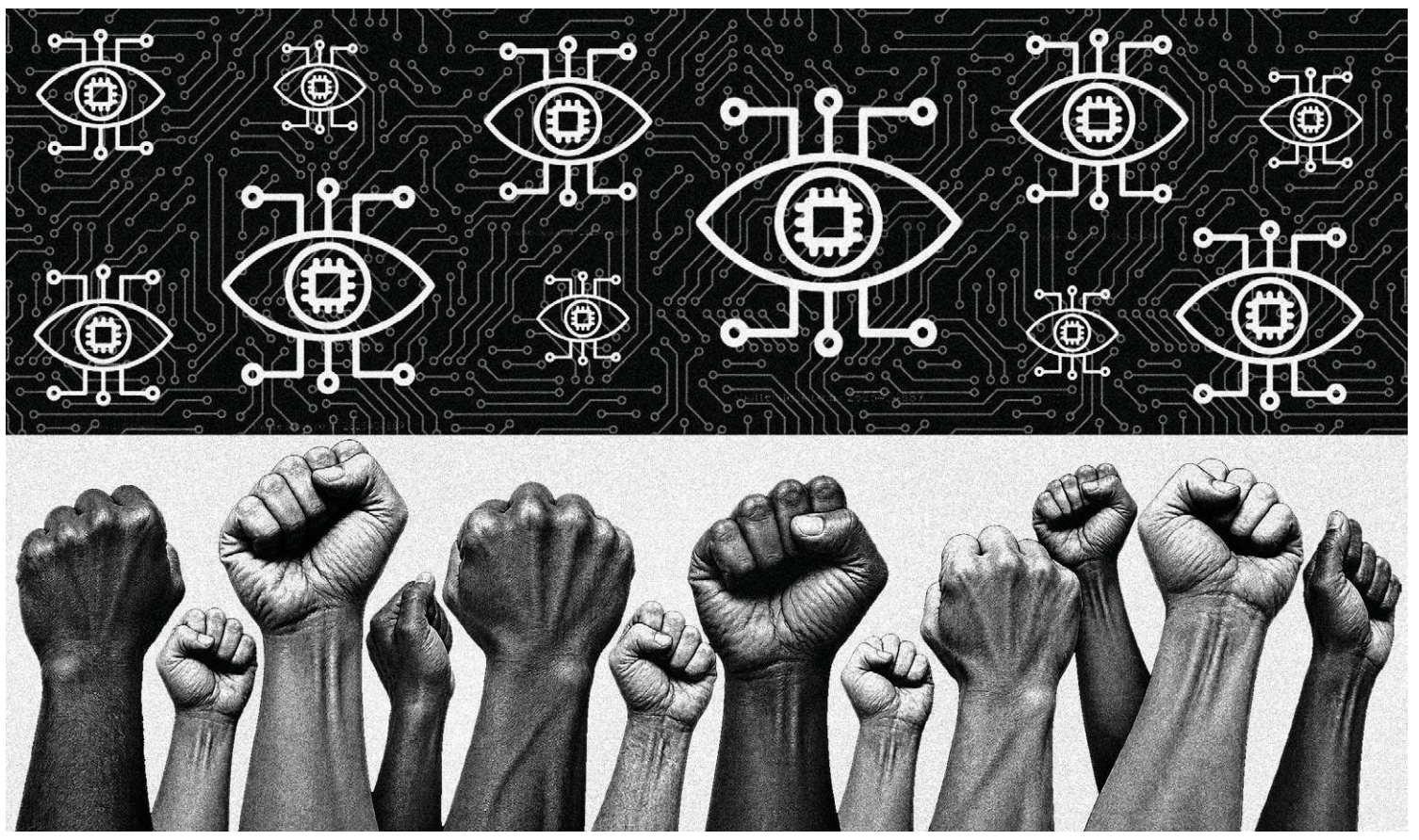
As eleições majoritárias no Brasil experimentaram um nível de intervenção sem precedentes por parte das plataformas digitais, e a Meta (Instagram, WhatsApp e Facebook) tornou-se protagonista do colonialismo digital. Segundo a deputada federal reeleita Tábata Amaral (PSB-SP), a big tech teria faturado cerca de R$ 352 milhões com práticas condenáveis. O valor corresponderia ao montante faturado pela empresa nas quatro últimas eleições. Ou seja, não se trata apenas de fazer predominar um determinado viés ideológico, mas de um movimento calculado e muito rentável.

Para além da parlamentar, diversas organizações da sociedade civil monitoraram o comportamento das plataformas e coletaram comprovações de atuações contra a democracia brasileira no que se refere à manipulação de informações capaz de influenciar a decisão do voto. Foi o caso da Sleeping Giants Brazil, entidade que mapeou algumas evidências da interferência: financiamento estrangeiro proibido por lei; falha na aprovação preventiva de anúncios; circulação massiva de propaganda irregular; propaganda irregular no dia da eleição; comportamento assimétrico da IA da Meta na produção de conteúdos; direcionamentos algorítmicos e anomalias de alcance (shadow ban — intervenção deliberada no alcance das postagens). O descumprimento de medidas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baseado em justificativas de falhas técnicas involuntárias não convenceu os magistrados da Corte Eleitoral.

Outra voz importante na defesa do processo democrático legítimo e livre de interferência é Dani Silva, ex-chefe de políticas públicas da Meta. Com profundo conhecimento sobre a atuação da empresa, a executiva não hesitou em afirmar: "Zuckerberg disse que voltaria às raízes." Ela se refere ao lamentável episódio da eleição norte-americana de 2016, quando o Facebook alinhou-se à Cambridge Analytica, utilizando de forma indevida os dados privados de 87 milhões de usuários (eleitores), favorecendo a primeira eleição de Donald Trump. Dani afirma que a utilização do poder algorítmico na influência dos processos democráticos é um projeto global da extrema-direita. "O Brasil é importante na resistência global aos grandes da tecnologia", diz.

Outras evidências talvez tenham influenciado a decisão do TSE de imputar à Meta multa no valor de R$ 7 milhões. Por exemplo: reclamações por perfis bloqueados em período eleitoral cresceram 585% na eleição deste ano; suspeita de distribuição algorítmica e tratamento assimétrico na utilização de IA (impossibilidade de gerar imagens contendo "Lula" e "13", liberado para a geração de imagem quando solicitado "Flávio" e "22"); alcance e moderação de conteúdo (entre 1º e 5 de outubro — período do primeiro turno —, a Meta teria bloqueado automaticamente 206.910 conteúdos; estima-se que nove em cada 10 eram favoráveis ao candidato Lula e à esquerda); moderação arbitrária de conteúdos (mais de 60 organizações da sociedade civil de 25 países assinaram carta acusando Meta, Google, TikTok, OpenAI, Kwai e X de violar as leis eleitorais brasileiras, incluindo moderação arbitrária de conteúdo e permissão de anúncios políticos pagos do exterior).

A reaproximação do Vale do Silício com o trumpismo nas eleições de 2024 pactuou um empoderamento mútuo: apoiar os interesses de Trump e sua ideologia de extrema-direita no mundo em troca de pressões do governo dos EUA contra a regulamentação das big techs nos diversos países. O resultado eleitoral por aqui inspirou populações de diversos países, e o Brasil se tornou referência de resistência global contra os novos colonizadores. Contudo, o tecnofeudalismo é uma ameaça permanente ao mundo e seguirá testando nossa resiliência e nossos limites. Medidas pragmáticas do novo mandato, como um plano estratégico de defesa e soberania digital, a regulamentação das big techs e a aprovação do PL 2338, da inteligência artificial, podem minimizar os danos projetados e assegurar a legitimidade de nossa soberania.



Ministério da Segurança Pública deve nascer com estrutura que valorize a ciência forense



» MARCOS CAMARGO
Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF)

O crime organizado é dinâmico, tecnológico, não respeita limites fronteiriços e está profundamente capilarizado. Para enfrentar essa realidade, as expectativas recentes se voltam para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional. A medida aposta em uma maior participação da União — respeitando a autonomia dos Estados —, na integração entre as forças, no endurecimento de penas para facções e milícias, no confisco de bens, na responsabilização de pessoas jurídicas envolvidas e em regras mais eficientes para garantir recursos.

Tão logo finalizada a votação, o governo federal reafirmou a intenção de criar um ministério dedicado exclusivamente à área. Ao desenhar a nova pasta, o Executivo tem a oportunidade de adequar estruturas organizacionais para atingir os objetivos propostos. A Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) sempre foi defensora da PEC e dos avanços que ela efetivamente se propõe trazer. O texto aprovado, porém, manteve lacunas importantes.

A principal delas é a omissão em relação à aplicação científica no combate ao crime, representada, sobretudo, pela ausência formal das polícias científicas no texto final. Essas estruturas existem em todas as unidades da Federação e na própria União, e seus institutos de criminalística, medicina legal e de identificação já compõem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Essa omissão é grave porque pode impactar os investimentos no setor, além de afastar a contribuição decisiva que o desenvolvimento científico e tecnológico traz para a inteligência policial, a prevenção e o combate ao crime, a redução da impunidade e a mitigação de injustiças.

Uma operação contra uma facção criminosa pode, por exemplo, envolver apreensão de diversas mídias digitais e a lavagem de ativos financeiros. Para indexar com celeridade um volume tão grande de dados e descobrir diálogos e elementos probatórios, programas desenvolvidos por peritos criminais federais, como o Iped (Indexador e Processador de Evidências Digitais), são essenciais. Ferramentas como o Ouro Alvo e o Brasil MAIS, também concebido e coordenado pela criminalística federal, são fundamentais para enfrentar a lavagem de dinheiro, a exploração ilegal de minérios e os crimes ambientais, que causam forte impacto social. Em ambos os casos, a perícia desenvolve soluções para fortalecer as investigações, analisar vestígios e produzir provas que garantem a maior cientificidade ao processo penal.

Durante a tramitação da proposta, a prioridade da APCF foi ampliar essas possibilidades por meio da inclusão das polícias científicas no texto da PEC. Mesmo não tendo sido possível naquele momento, esse avanço ainda pode ser alcançado por outras proposições, entre elas a PEC 76/2019, já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados.

Contudo, o Executivo pode dar um passo imediato ao definir a estrutura do novo ministério. A criação de uma área organizacional dedicada à Ciência Forense no corpo da nova pasta aproximaria e integraria os órgãos de perícia oficial da União, dos estados e do Distrito Federal. A medida permitiria a otimização de políticas públicas, substituindo um modelo tradicionalmente reativo por uma governança de segurança pública norteada por dados científicos, tecnologia e inteligência forense estruturada, com maior interoperabilidade de sistemas e banco de dados — como a Rede Integrada de Perfis Genéticos (RIBPG) e o Sistema Nacional de Análises Balísticas (SINAB).

Uma consequente aceleração da resolutividade de crimes de alta complexidade, com foco científico na asfixia financeira do crime organizado, potencializaria a recuperação de ativos para o erário e reduziria o custo logístico da impunidade.

A aprovação da PEC representa um avanço na integração da segurança pública brasileira. Essa integração, contudo, precisa alcançar também a atuação das polícias científicas. O governo federal tem agora a oportunidade de um assegurar espaço de articulação nacional compatível com a importância da Ciência Forense para a investigação criminal, para a Justiça e para a segurança pública.

Era uma vez... E agora é de novo



» FELIPE BUCHBINDER
Professor de inteligência artificial da FGV, pesquisador da Rede de Inteligência Artificial e Tecnologias Quânticas

Quando João traz para casa um punhado de feijões mágicos, sua mãe reage com o ceticismo típico de quem encontra uma nova tecnologia. Como tantos empreendedores visionários, João ouve da própria mãe críticas ao seu investimento ("você vendeu nossa única vaca por feijões?") e à sua inteligência ("eu não acredito que você caiu nessa história de feijões mágicos!"). A mãe jogou os feijões pela janela, mal imaginando que aquela tecnologia teria um crescimento exponencial: no dia seguinte, já seria um pé de feijão indo até as nuvens do céu! A tecnologia abriu a João um mundo inteiramente novo e fascinante! Um mundo repleto de tesouros, galinhas dos ovos de ouro, uma harpa dourada que toca sozinha, mas também um gigante que ameaça lhe moer os ossos para fazer pão. A perspectiva de uma vida melhor traz consigo um monstro. João rouba-lhe os tesouros, volta à sua casa e corta o pé do feijão. Apropria-se da riqueza à qual os feijões lhe dão acesso, mas deixa o seu mundo protegido dos efeitos nefastos dessa tecnologia. Raramente isso é possível.

Adão e Eva, ao comerem da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal, são transformados de forma irreversível e, junto com eles, o mundo onde vivem. A expulsão do Jardim do Éden é interpretada por alguns estudiosos como uma metáfora sobre a Revolução Neolítica, quando a humanidade descobre a agricultura e abandona a vida nômade em prol da constituição de assentamentos, vilarejos e eventualmente cidades e impérios. Adotado o sedentarismo, a volta à vida nômade já não é mais possível: a população cresce, de modo que a caça e coleta de outrora já não permitem mais alimentar tanta gente. Os efeitos sociais da nova tecnologia transformaram a vida de forma irreversível. Daí a expulsão do paraíso, com um anjo guardando-lhe a entrada. Ao contrário da história de João e o pé de feijão, *Gênesis* nos ensina que revoluções tecnológicas transformam a sociedade de forma irreversível e nem sempre para o bem. É emblemático que, na narrativa bíblica, o fundador da primeira cidade é ninguém menos que Cain — founder dos assassinos.

Da expulsão do Éden à torre de Babel, *Gênesis* parece sugerir que a melhor atitude diante da tecnologia é evitá-la. *A Bela Adormecida* mostra que não. Para proteger a filha do feitiço de Malévola, o rei manda queimar todas as rodas de fiar do reino! Mas banir uma tecnologia já não era factível na Idade Média, ainda menos em um mundo globalizado como o nosso: em seu aniversário de 16 anos, Aurora encontra uma roda de fiar. Sem saber o que é nem como utilizá-la, espeta o dedo. Se o rei e a rainha tivessem mostrado uma roda de fiar à filha, ensinado como usá-la, onde pode ou não pode mexer, a tragédia teria sido evitada. A cura para o feitiço de Malévola não era banir as rodas de fiar, mas preparar a princesa para o inevitável contato que, cedo ou tarde, todos temos com a tecnologia.

Na prática isso não é tão simples. O motivo foi percebido por David Collingridge, que o imortalizou em um dilema que leva seu nome. Quando uma tecnologia é nova e fácil de regular, não é claro como regulá-la, já que seus efeitos são desconhecidos. Por outro lado, quando seus efeitos já são conhecidos, ela já está de tal forma entranhada na sociedade que já não é mais fácil regulá-la. Pense nas redes sociais, por exemplo, ou nos habitantes de Hamelin. Quando um misterioso flautista se oferece para livrar a cidade dos ratos que a infestam, seus habitantes deveriam negociar preço e condições de pagamento. Desconhecem o flautista, desconhecem seus poderes, mas ainda assim aceitam de bom grado os serviços de um forasteiro, como se gratuito fosse. Quando a conta chega — e ela sempre chega — já é tarde demais para negociar com o encantado flautista. Ele terá seu pagamento. E olha que metáfora espetacular para as redes sociais e a inteligência artificial: a tecnologia que faz o bem à cidade (a flauta que, quando tocada, atrai os ratos de forma hipnótica) é a mesma tecnologia que lhes hipnotiza as crianças e as leva a um destino desconhecido, onde nunca mais são vistas.

O problema é que somos todos como o segundo porquinho. Sabemos que uma casa de palha não vai nos proteger do lobo, mas uma casa de tijolos é custosa e demorada demais! A casa de madeira parece um excelente meio-termo! Não negligencia os riscos apontados pelos especialistas, mas não extrapolam o orçamento ou o cronograma, como uma casa de tijolos. O segundo porquinho é um gestor ponderado, conciliador... bem diferente do terceiro porquinho. Aos olhos de seus irmãos, o terceiro porquinho é um fanático, obcecado por um risco que não justifica tanto investimento. Quem tem medo do lobo mau? Só ele.

O herói improvável da história é justamente o porquinho fanático. A casa do porquinho conciliador se mostra tão frágil quanto a do porquinho preguiçoso, e voa pelos ares. A casa que resiste é justamente a de quem não mediu esforços para prevenir um risco. A história dos três porquinhos é uma filosofia da intransigência. Sua moral está em reconhecer que diante de riscos existenciais, é preciso um compromisso absoluto com a sobrevivência, e que um meio compromisso pode ser tão ineficiente quanto o mero descaso. Relatórios de ESG, inventários de emissões ou transformações digitais em que a Inteligência Artificial meramente automatiza uma experiência de usuário ruim — tudo isso são casas de madeira, sólidas o bastante para tranquilizar acionistas, mas voam pelos ares diante do sopro da realidade.

Histórias não são só histórias. São uma das formas que a humanidade encontrou de transmitir às gerações futuras lições aprendidas ao viver em um mundo perigoso, com um futuro incerto, e uma realidade muitas vezes cruel, que se impõe de forma irresistível. Existem lobos. Bruxas. Vidas que se transformam por tragédias, como uma expulsão do paraíso.

Hoje, o lobo tem nome de IA; a maldição, de mudança climática; o paraíso perdido, de um mundo sem guerras. Contamos essas histórias aos nossos filhos há séculos. Talvez valha a pena, agora, ouvi-las como adultos.